

QUEM LECIONA ARTES? A PRECÁRIA E DESIGUAL CONTRATAÇÃO DE LICENCIADOS EM ALGUMA LINGUAGEM DE ARTES COMO O TÍPICO DA SITUAÇÃO BRASILEIRA

Who teaches arts? The precarious and unequal hiring of graduates in some arts language as typical of the brazilian situation

OLIVEIRA, Vinícius Luge¹

Resumo

Este artigo apresenta a desigual contratação de licenciados em licenciaturas no campo das artes para a disciplina Arte, como típico (LUKÁCS, 2018) da situação brasileira. A partir da perspectiva marxista LUKÁCS (2003, 2018) e MARX (2008), são analisados os dados do Censo da Educação Básica de 2020 e 2023. Os dados mostram uma desigualdade nacional na contratação de licenciados em alguma linguagem das artes, concentrando os melhores índices nas regiões Sul e Sudeste. O artigo busca as razões deste fato na compreensão no processo de formação histórica brasileira, tendo como interlocutores Marini, (2017) e a Teoria Marxista da Dependência, bem como Lenin (2012). O artigo defenderá que a contratação de licenciados nas linguagens artísticas é a principal condição, para que a educação escolar possa socializar os conhecimentos artísticos. Concluindo que as características mais gerais e determinantes do contexto nacional, precarizam, não só o ensino das artes, mas também sua aprendizagem.

Abstract

This article presents the unequal hiring of graduates in arts degrees for the Art discipline, as typical (LUKÁCS, 2018) of the Brazilian situation. From the Marxist perspective of LUKÁCS (2003, 2018) and MARX (2008), data from the 2020 and 2023 Basic Education Census are analyzed. The data show a national inequality in the hiring of graduates in some language of the arts, concentrating the best rates in the South and Southeast regions. The article seeks the reasons for this fact by understanding the process of Brazilian historical formation, having as interlocutors Marini, (2017) and the Marxist Theory of Dependency, as well as Lenin (2012). The article will argue that the hiring of graduates in artistic languages is the main condition for school education to be able to socialize artistic knowledge. Concluding that the most general and determining characteristics of the national context make not only the teaching of arts precarious, but also their learning.

Palavras-chave: Licenciados; Ensino das Artes; Contratação de professores.

Key-words: Graduates; Arts Education; Recruitment of teachers.

Data de submissão: março de 2024 | **Data de publicação:** junho de 2024.

¹ VINÍCIUS LUGE OLIVEIRA- Universidade Federal de Roraima, BRASIL. Email: v_luge@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta uma parte da pesquisa de doutorado que investigou as condições de ensino dos egressos do curso de Licenciatura em Artes Visuais da Universidade Federal de Roraima. Nele, é debatido a formação dos docentes da disciplina arte no Brasil. Para tanto, buscamos analisar os dados do Censo da Educação Básica entre 2020 e 2023 (EDUCACENSO) na busca por conhecer a totalidade da situação. O texto busca apontar a aspecto geral, suas articulações, relações e características sobre a formação dos docentes contratos para a disciplina Arte. Tendo como eixo a categoria da totalidade (LUKÁCS, 2003) concebemos que o objeto estudado é um complexo em movimento de determinações que se relacionam e se influenciam. Por isso, a análise documental, que aqui fazemos, reflete uma parte da totalidade das condições do ensino da arte no Brasil. Os dados irão expor uma de suas determinações, o quantitativo de licenciados em alguma linguagem da arte contratados nos estados brasileiros, tendo como foco localizar as peculiaridades, similitudes e diferenças.

A pesquisa documental norteadas pela categoria de totalidade, debruçou-se por, ao analisar os resultados do EDUCASENSO no período mencionado, buscar extrair as determinações principais que compõe o objeto, nas palavras de Goldmann:

La categoría de Totalidad, que está en el centro mismo del pensamiento dialéctico ante todo, prohíbe una separación rigurosa entre la reflexión sobre el método y la investigación concreta, que son las dos caras de una misma moneda. En efecto, parece cierto que el método sólo se encuentra en la investigación misma, y .que ésta sólo puede ser válida y fructífera en la medida en que toma conciencia progresivamente de la naturaleza de su propio avance y de las condiciones que la permiten progresar. (GOLDMANN, 1986, p.07)

Por óbvio que a pesquisa não pressupõe uma neutralidade, a análise realizada parte do pressuposto da Pedagogia Histórico-Crítica de que a educação escolar deve cumprir a função social de socializar a todos e todas os conhecimento mais elaborados da humanidade, fazendo os indivíduos singulares enriquecerem-se ao apropriar-se do que o gênero humano construiu ao longo da história (SAVIANI, 2013). Dessa maneira, uma das primeiras questões a serem sublinhadas é a compreensão da necessidade da contratação de licenciados na área para atuar na disciplina arte. Apontamos isso de maneira particular, pelo campo de estudo, mas a validade da afirmação se relaciona com todas as outras disciplinas. Além de ser uma condição *sine qua non* para a transmissão dos conhecimentos mais elaborados (DUARTE, 2016), pois é na licenciatura em alguma linguagem artística (Música, Artes Visuais, Teatro e Dança) que o profissional docente encontrará a formação apropriada.

Mesmo do ponto de vista institucional já há uma definição sobre a formação ideal para a docência na disciplina Arte. Esta definição é dada pela Nota Técnica nº 1/2021/CGCQTI/DEED do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que realiza do EDUCACENSO.

Tal definição é exposta no EDUCACENSO de 2020, no seu resumo técnico, da seguinte maneira:

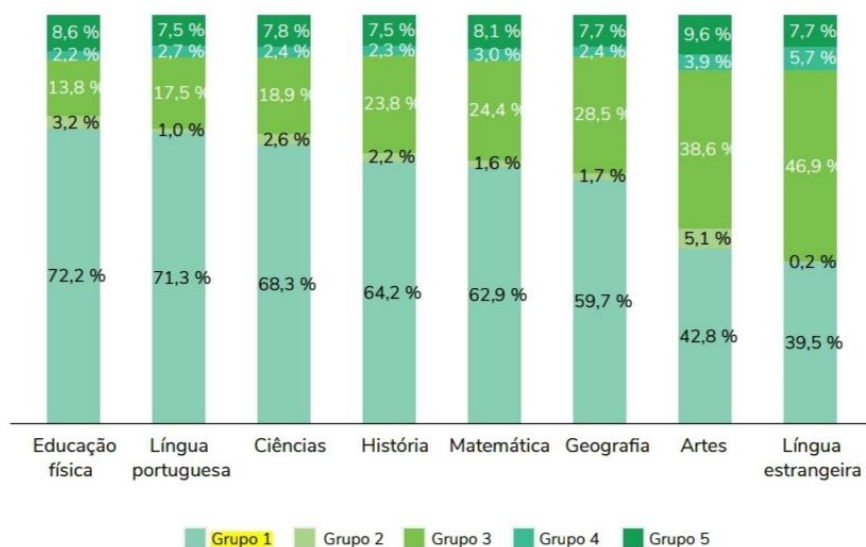
Grupo 1 – Percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona; **Grupo 2** – Percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior de bacharelado (sem complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona; **Grupo 3** – Percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) em área diferente daquela que leciona; **Grupo 4** – Percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior não considerada nas categorias; **Grupo 5** – Percentual de disciplinas que são ministradas por professores sem formação superior. Nota: nos anos iniciais, professores com formação em Pedagogia – Licenciatura ou Pedagogia – Bacharelado, com complementação pedagógica, foram classificados no Grupo 1 em todas as disciplinas, exceto Língua Estrangeira. (BRASIL, 2021a, p. 68,69).

Tendo esses pressupostos como ponto de partida, apresentaremos agora os dados sobre a formação dos professores e professoras da disciplina Arte no Brasil, e quando disponível nos documentos oficiais, os percentuais nas diferentes unidades federativas. Esse apontamento é importante pois após 2022, os dados detalhados de cada estado tiveram modificações de divulgação, não sendo mais encontrados dados particulares de cada estado.

PARA ALÉM DA MÉDIA, A COMPREENSÃO DA TIPICIDADE DA SITUAÇÃO

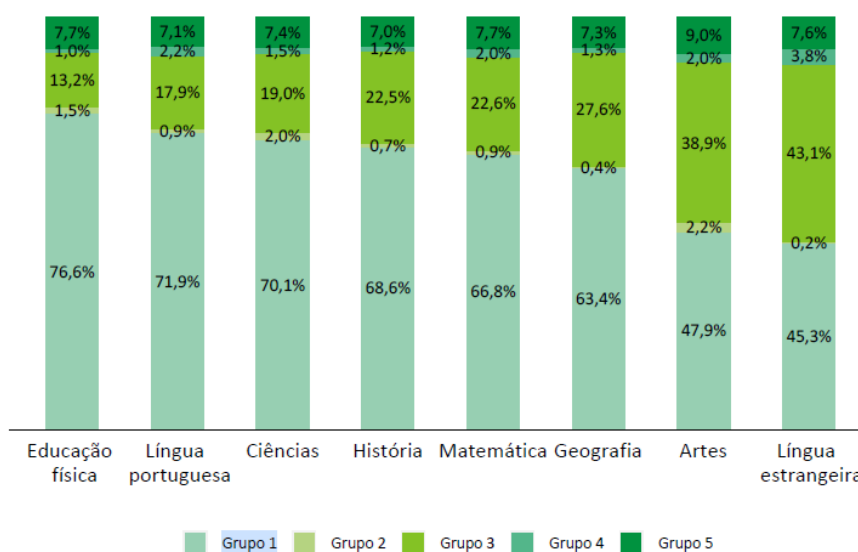
Podemos perceber abaixo (Figuras 1, 2, 3 e 4) que, pela média, aparece que no Brasil, de cada 10 professores e professoras da disciplina arte, nos Anos Finais do Ensino Fundamental, menos da metade são licenciados na área e, de cada 10 professores e professoras de arte no Ensino Médio, quase 06 são licenciados na área, no EDUCASENSO (2020, 2023). Os dados também demonstram que o índice subiu de 42,8% para 47,9% de licenciados no Ensino Fundamental e de 55,6% para 56,8%. Esses dados, além de serem por si, ruins, apresentando um baixo número de licenciados contratados, encobrem a grande desigualdade, que na sequência veremos.

Figura 1 – Indicador de adequação da formação docente para os anos finais do ensino fundamental, segundo a disciplina – Brasil – 2020.



Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da educação Básica (EDUCASENSO, 2021b).

Figura 2 – Indicador de adequação da formação docente para os anos finais do ensino fundamental, segundo a disciplina – Brasil – 2023.

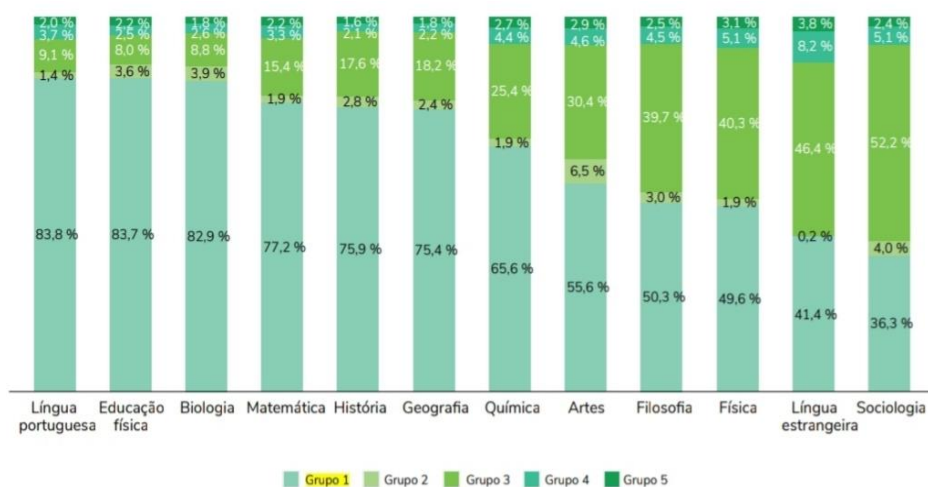


Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da educação Básica (BRASIL, 2023).

O crescimento já citado dos percentuais dos docentes contratados do grupo 1 na disciplina arte, ou seja, formados em uma licenciatura de alguma linguagem artística acompanhou o conjunto das disciplinas, não sendo algo particular do campo artístico. A situação média é que menos da metade dos docentes em arte, no Brasil, tem formação em Licenciatura na área.

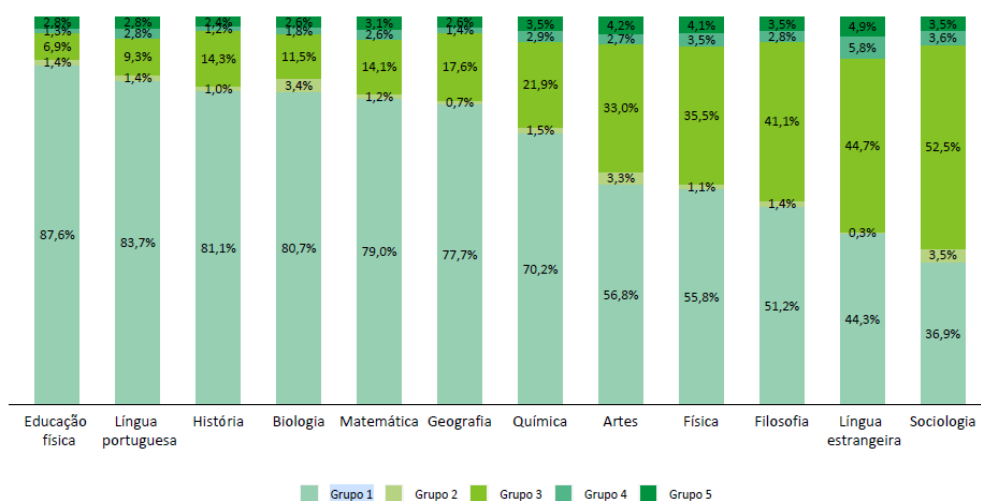
A forma como aparece na porcentagem média o contexto de contratação de docentes não é suficiente para compreender a concreta situação existente no Brasil. O dado da média de professores licenciados contratados para a disciplina arte no Brasil, desconectado de outros elementos, induz a uma representação das condições que não é totalmente falsa, pois a média é um dado realmente existente, mas que é um dado unilateral, visto que não explicita a imensa desigualdade entre as Unidades Federativas, e, portanto, esconde o típico da situação.

Figura 3 – Indicador de adequação da formação docente para o Ensino Médio, segundo a disciplina – Brasil – 2020.



Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica. (BRASIL, 2021b).

Figura 4 – Indicador de adequação da formação docente para o Ensino Médio, segundo a disciplina – Brasil – 2020.



Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da educação Básica (BRASIL, 2023)

Os limites analíticos que podem nos levar a porcentagem média de professores de arte formados na área, trazem à tona a questão da diferença entre o típico e a média presentes em Lukács (2018). Ainda que o autor concentre sua reflexão no típico artístico, não deixa de reconhecer que o típico é um reflexo da realidade. Afirmo o autor que “o típico, como todos os elementos do conteúdo artístico, é uma categoria da vida, que deve também desempenhar um papel, portanto, no reflexo científico, embora não tão central como na arte” (LUKACS, 2018, p. 238). No reflexo científico, o típico é o fenômeno no qual aparecem de maneira mais clara as determinações essenciais, as legalidades universais, não se resumindo a média. Por exemplo, afirmar que o ponto de ebulição da água é de 100°C, é um típico científico que relaciona uma legalidade universal com uma situação singular, sempre que a pressão atmosférica for 1 atm, ou seja, no nível do mar, a água irá ferver. Mas essa não é a média das temperaturas que a água ferve no mundo. Na situação em questão, a média de professores contratados com formação na área, por si, não permite conhecer o típico dessa situação:

[...] recordaremos apenas a concepção marxiana das “máscaras características”, na qual são compendiadas conceitualmente as qualidades necessárias (do capitalista, por exemplo) que derivam forçosamente da posição por ele assumida na produção e que são deduzidas, por isso, das leis econômicas, não constituindo uma simples soma ou síntese da sua análise psicológica. Precisamente por isto, contém verdades mais universais do que estas análises, servindo-lhes de guia ao invés de ser seu resultado. Mas, em todo caso, o típico científico assim obtido contém precisamente as mais universais determinações, é a aplicação da categoria do universal a este complexo de conteúdo. (LUKACS, 2018, p. 239)

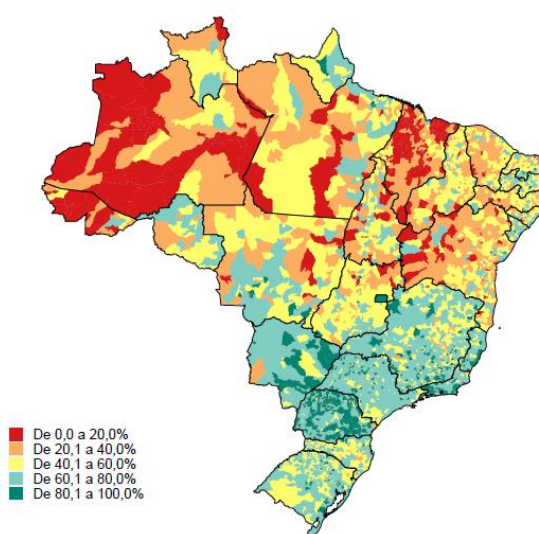
Por isso, os limites para conhecer a legalidade universal na contratação de professores e professoras licenciados em arte no Brasil encontra, na afirmação que os dados médios permitem fazer, que quase 6 em cada 10 professores de arte no Ensino Médio, no melhor cenário, são licenciados, uma visão enganosa. Embora não mentirosa, é um dado que não explicita a real condição da contratação no Brasil. Esse quantitativo médio que encontramos no Brasil, ao expressar que mais da metade dos docentes são licenciados na área, esconde a desigualdade entre as Unidades Federativas na contratação de professores. Por essa razão passaremos a nos concentrar na busca por explicitar a realidade típica brasileira.

A contratação de poucos licenciados em arte como norma no Brasil

A baixa contratação de licenciados em arte, que na melhor média, chega pouco menos de 60% no Ensino Médio, período escolar que tem mais licenciados que o Ensino Fundamental, não mostra a grande desigualdade que ocorre no Brasil. Em quase todos os estados, a disciplina de arte é uma das que têm menor proporção de licenciados na área. Poucos estados, fora das regiões Sul e Sudeste, têm uma proporção maior que 50% de licenciados em alguma linguagem das artes atuando na disciplina.

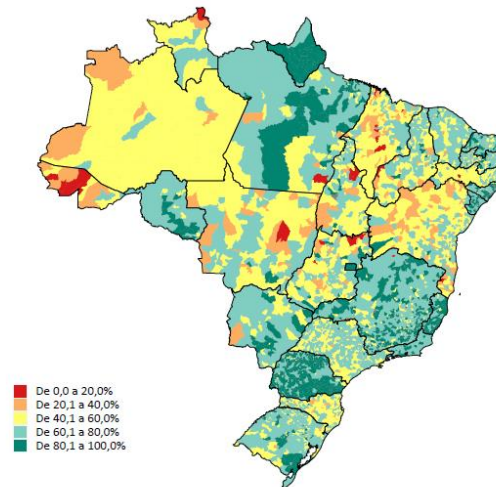
Destacam-se nela os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e junto a eles, o Distrito Federal com pelo menos sete professores licenciados na área de artes, em cada dez que atuam na disciplina arte. Esse fato ocorre, tanto nos Anos Finais, quanto no Ensino Médio. Abaixo desta faixa de porcentagem estão Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Amapá, com pelo menos 50% de professores licenciados tanto nos Anos Finais, quanto no Ensino Médio. Os estados do Amapá, na Região Norte e, Mato Grosso do Sul, na Região Centro-Oeste, são as exceções fora das regiões Sul e Sudeste, nos resumos estatísticos dos Estados. O censo de 2023 não apresentou da mesma forma os dados detalhados por estado e por disciplina. Nele, os dados estão apresentados da seguinte maneira, para os Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio (Figura 5 e 6), respectivamente.

Figura 5 – Indicador de adequação da formação docente para o Ensino Fundamental, Anos Finais, por município – Brasil – 2023.



Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica (BRASIL, 2023).

Figura 6 – Indicador de adequação da formação docente para o Ensino Médio, por município – Brasil – 2023.



Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica (BRASIL, 2023).

Os dados acima, precisamos ressaltar, são dos professores licenciados em geral, sem discriminar a disciplina. Não houve a divulgação no resumo detalhado nesse ano dos percentuais por estado. As Regiões Nordeste e Norte apresentam os menores percentuais de contratação de licenciados no Brasil, com algumas regiões e estados dessas regiões se destacando, como Amapá, Rondônia e Pará na contratação de licenciados no Ensino Médio e alguns estados do Nordeste, como Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe. Enquanto o estado de Santa Catarina, na Região Sul, apresentou um ponto mais negativo de contratação de licenciados sendo predominante o período de 40,1% a 60%.

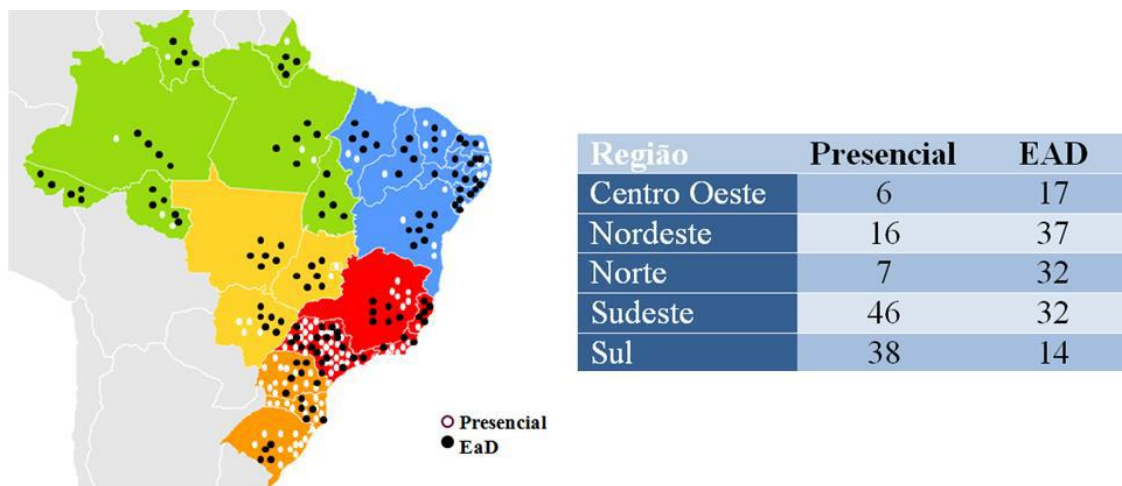
Sem aprofundar nas questões conjunturais brasileiras sobre o avanço da extrema-direita, o rebaixamento dos gastos com a educação, precisamos tecer apontamentos sobre o processo histórico da formação do capitalismo no Brasil e sua característica dependente para entendermos com mais determinações o que esses dados também evocam.

Dependência e Imperialismo na configuração da distribuição de licenciados no Brasil

A contratação de licenciados pelas escolas apresenta alguma correlação com os locais de formação de professores. Momoli (2019) apresenta um levantamento do número de cursos de licenciatura que habilitam para a docência em artes visuais (FIGURA 7). O número de cursos presenciais nas Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte somados, é inferior ao número de cursos em cada uma das outras regiões. Esse quantitativo se

relaciona diretamente com a densidade demográfica no Brasil e com a concentração nas capitais e na zona litorânea dos cursos de licenciatura em Artes Visuais (ALVARENGA, 2020). Tal fato não deve ser visto em si, mas pelo processo do desenvolvimento histórico, desde o papel da colônia frente à metrópole, as possibilidades de rotas de exportação de mercadorias já estabelecidas, até o papel na produção de valor e de escoamento das mercadorias de novos locais, como a produção agropecuária em Mato Grosso do Sul, o porto e o aumento da produção do setor terciário no Amapá. Tais questões se desenvolvem em acordo com o papel dependente do Brasil na divisão internacional do trabalho.

Figura 7: Distribuição dos cursos de licenciatura em Artes Visuais no Brasil.



Fonte: MOMOLI (2019).

A concentração dos cursos nas regiões sul e sudeste, mais que um dado isolado deve ser compreendido no vínculo que há, entre o processo histórico do Brasil, em ter um papel dependente na divisão internacional do trabalho e o desenvolvimento interno das diferentes regiões. O imperialismo, fase do capitalismo estudada por Lenin (2012), nos permite conhecer elementos históricos sobre esta questão. Sua análise do capitalismo nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras décadas de século XX mostra que houve um processo de concentração de capital, em um primeiro momento entre os capitalistas industriais, que levou ao início do período do monopólio, exigindo das indústrias uma produção combinada. Que era a união em uma empresa, de diferentes ramos de uma mesma indústria. Nessa concentração de capital, a empresa controlava da matéria-prima ao produto final. A derivação deste processo foi uma concentração de capital também no setor bancário, que passa a ser não mais só um intermediário de pagamentos, conversor

de capital-dinheiro que não rende lucro, para capital que rende lucro. Essa concentração bancária permitiu ao banco conhecer a situação das empresas, orientando onde seria possível e desejável realizar o crédito e quanto iria render o capital. Bem como reduziu as instituições de crédito nos países centrais do capitalismo.

Outro fato que ocorre em decorrência a isso é a fusão do capital bancário e do capital industrial. Nesse ponto temos as condições do domínio do capital financeiro sobre o capital em geral:

O imperialismo, ou domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau superior, em que essa separação adquire proporções imensas. O predomínio do capital financeiro sobre as demais formas do capital implica [...] uma situação privilegiada de uns poucos Estados financeiramente “poderosos” em relação aos restantes” (LENIN, 2012, p. 89).

O autor segue com sua avaliação, mostrando dados que confirmam que o monopólio ocorre primeiro entre capitalistas e depois entre países riquíssimos. Esse monopólio tem na exportação de capital, a caracterização dessa fase. Essa exportação de capital, via empréstimos, sempre envolve vantagens ao exportador, como concessões em setores específicos, contratos de compras de materiais, etc. Um exemplo é a influência de instituições de créditos sobre políticas públicas, como a educação. Como U\$10 milhões emprestados para o Brasil para apoiar o chamado “Novo Ensino Médio” em 2020.

Nas primeiras décadas desse processo, o capital exportado, um excedente que sob o capitalismo não seria utilizado para melhorar a vida do trabalhador do país de origem, pôde gerar grandes lucros pela exploração, nos países que não tinham passado pela mesma trajetória histórica do capitalismo, e onde, salários e matérias-primas eram mais baratos. Os países que recebiam esse capital exportado ocupam, então, um papel muito específico no capitalismo. Eles vão cumprir uma função na divisão internacional de trabalho, de receber a exportação de capital, que resulta na influência política dos países exportadores em uma partilha do mundo que os grandes estados capitalistas realizam:

Para esta época, são típicos não só os dois grupos fundamentais de países – os que possuem colônias e as colônias -, mas também as variadas formas de países dependentes que, de um ponto de vista formal, são politicamente independentes, mas que na realidade se encontram enredados nas malhas da dependência financeira e diplomática. (LENIN, 2012, p.119)

No momento que o Brasil entrou em cena na divisão internacional do trabalho, não mais como colônia portuguesa, mas como um país formalmente independente, acaba tendo um papel na divisão internacional do trabalho como um país dependente frente aquelas economias centrais do capitalismo.

É no conhecimento da constituição das classes sociais, no movimento mundial que impõe determinados papéis para os países dependentes, que podemos melhor compreender, a distribuição geográfica na contratação de professores e professoras licenciados de maneira geral no Brasil, conforme os dados acima apresentados.

A desigualdade de ocupação e desenvolvimento nas diferentes regiões se relaciona diretamente com essas condições que impõe o papel brasileiro no cenário mundial. Essa contextualização histórica ajuda a compreender, ainda que sejam necessárias outras determinações, na perspectiva da totalidade, sobre a concentração dos cursos de licenciatura nas regiões sul e sudeste.

A desigualdade nos diferentes estados brasileiros

A análise dos dados por estado acaba por apresentar a enorme desigualdade existente no país, expondo a situação precária que se encontra a contratação de professores licenciado em artes. Nos últimos dados divulgados por estado, especificamente sobre a disciplina arte, as discrepâncias nacionais são evidentes.

Quadro 1 - Porcentagens de professores licenciados na área de arte em cada unidade federativa.

Estado	Anos Finais	Ensino Médio
RJ	59,9 %	69,7%
SP	90,6%	92%
MG	45,4%	55,5%
ES	58,6 %	72,6%
SC	68,1 %	73,2%
PR	77,4 %	75,4%
RS	50.3%	59.8%
DF	71,7 %	71,4%
AM	21,2 %	51,7%
PA	23,2 %	47,1%
RR	8,2%	12,7%
AC	18,2 %	33,5%
TO	6,7 %	7,7%
AP	55,3 %	70,2%
RO	7,2 %	7,7%
MS	59%	60,8%
GO	13,5%	13,8%
MT	12,3 %	15,9%
PI	8,5 %	19,6%
RN	31,1%	66,5%
CE	13%	25,5%
MA	5%	14,3%
PE	8 %	5,9%
SE	25,9 %	49%
PB	17%	27,6%
AL	17,2%	31,7%
BA	14,9%	17,5%

Fonte: Elaborado a partir dos dados disponíveis em (BRASIL, 2021b).

Essa divisão desigual no país, tem como causa a dependência brasileira (MARINI, 2017), que impôs um determinado processo histórico, embora não seja sua única causa. Os percentuais discriminados acima, por estado, não mostram é que eles são, em última instância, expressão da disputa entre os interesses da classe trabalhadora e da burguesia pelos recursos arrecadados pelo estado, como o fundo público (BEHRING e ROSSETTI, 2011).

O acesso a professores e professoras qualificados na escola pública depende que parte dos orçamentos das unidades federativas seja destinado, entre outras coisas, a ampliação do quadro de funcionários. Última instância, pois não podemos deixar de levar em consideração dimensões como a disputa interna entre as áreas do conhecimento, a história local e sua relação com a arte, sua cultura e tradições, tal qual Marx (2010) já apontava, quando tratou dos dois elementos que compõe o valor da força de trabalho, o elemento físico e histórico social, afirmou ele:

Além desse elemento simplesmente físico, na determinação do valor do trabalho entra o padrão de vida tradicional em cada país. Não se trata somente da vida física, mas também da satisfação de certas necessidades que emanam das condições sociais em que vivem e se criam os homens. (MARX, 2010, p.135).

Compreendendo a existências de outras determinações, é necessário perceber que a contratação de mais ou menos professores, de maneira geral e, de arte em particular, expressa entre suas determinações a disputa pelos recursos públicos entre as classes sociais. Recursos esses que são captados pelo estado, nas palavras de Behring (2011), da seguinte forma:

[...] após o processo de exploração da força de trabalho que operou a valorização do valor, se realiza uma nova punção dos salários com base na carga tributária. Nessa direção, o fundo público é mais-valor (trabalho excedente), mas com ele não se confunde, e é trabalho necessário. (BEHRING, 2021, p. 111)

Para o ensino da arte, a apropriação dos recursos públicos pelo capital aparece, entre outras coisas, como falta de material, de sala adequada, de pouca carga horária, como também, a falta da contratação de licenciados para assumir a disciplina. Entre os recursos de gastos corrente e investimento, também o estado busca fazer um Fundo Público que é uma forma de enfretamento às crises cíclicas do capital. No Brasil, 76% dos recursos arrecadados que compõe o fundo, que vão para o pagamento dos juros da dívida, os gastos com educação, saúde, etc. é composto por tributos e impostos que penalizam o trabalhador e a trabalhadora (CASTELO, 2017).

É necessário não deixar de compreender esses determinantes, que não aparecem na superfície dos dados, e que explicam o porquê, em última instância, é a disputa por esses recursos que determina a maior ou menor contratação de licenciados.

Os estados com um percentual próximo da média, de docentes licenciados nos estados fora das regiões Sul e Sudeste são exceções. São Paulo tem percentuais de 90% e 92% de licenciados em arte, respectivamente no Ensino Fundamental e Ensino Médio, enquanto que Pernambuco, no nordeste, tem 8% e 5,9% e Tocantins, no norte, tem 6,7% e 7,7%. A discrepância entre os estados do acesso dos estudantes à docentes com formação ideal para a disciplina é enorme.

Tal situação limita que ocorra na educação escolar um enriquecimento pela aprendizagem dos conteúdos mais elaborados, que possibilitem uma relação entre a vida cotidiana e as esferas não cotidianas que seja qualificada e expressão da socialização daquilo que o gênero humano construiu, Duarte (2016, p. 67) aponta que “a educação escolar deve desempenhar, na formação dos indivíduos, a função de mediação entre a vida cotidiana e as esferas não cotidianas de objetivação do gênero humano, especialmente a ciência, a arte e a filosofia”. A utilização de profissionais sem formação na área de artes implica na precarização da formação humana, empobrecendo a mediação das objetivações mais elaboradas na arte na vida cotidiana, que a educação escolar deveria garantir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afinal, qual é a formação dos professores e professoras da disciplina arte no Brasil? Os dados aqui apresentados respondem que, fora do eixo sul-sudeste, não são em sua maioria os licenciados em alguma licenciatura em artes. A falta de divulgação dos dados da contratação por estado dificulta conhecer de forma mais precisa a situação, mas os documentos divulgados permitem que se possa realizar essa afirmação. Também podemos afirmar que os dados demonstram que a pouca contratação no Brasil de licenciados em alguma licenciatura na área de artes (Música, Artes Visuais, Dança e Teatro), para a docência na disciplina, não pode ser compreendido de maneira isolada. São apenas a forma aparente do ponto de vista quantitativo, de uma totalidade que para ser entendida não pode ser unilateralizada.

É na compreensão das disputas internas, entre as classes sociais, sobre os recursos públicos e o papel dependente do Brasil na divisão internacional do trabalho, que podemos compreender a situação de maneira mais totalizante.

A desigualdade na divisão da riqueza no território nacional reflete-se nas porcentagens desta contratação nos estados. Analisando o cenário nacional de precarização da contratação de licenciados em artes, principalmente nos estados fora das regiões sul e sudeste. Negar aos estudantes o acesso à professores e professoras com formação adequada, é negá-los as melhores condições de aprenderem sobre os conhecimentos próprios do campo das artes, transformados em conteúdos escolares. O que implica, diretamente, em um ensino de arte fragilizado, realizado sem profissionais com formação na área. Impedindo que os estudantes da Educação Básica tenham a possibilidade de enriquecerem-se como parte do gênero humano que ao ter contato com os conhecimentos mais elaborados na área, aprenderem sobre eles, ampliam as mediações pelas quais atuam na vida cotidiana.

A compreensão das desigualdades existentes entre os estados permite não só constatar a precária situação em alguns, mas igualmente desvelar a possibilidade histórica de ampliar a contratação de licenciados se houver uma luta mais organizada pelos recursos públicos.

O baixo percentual em grandes regiões do país explicita a precariedade nacional de distribuir equitativamente um ensino de qualidade e expressa a situação típica brasileira. Essa situação é a disputa entre diferentes classes sociais e frações de classe pelos recursos do estado, que aparece entre outras coisas, como a baixa contratação de professores e professoras com uma formação ideal para atuar na disciplina. É bom compreendermos que a qualidade da merenda, do acesso aos materiais, da infraestrutura da escola, da remuneração dos trabalhadores e trabalhadoras em educação, entre outras coisas, apresenta o resultado dessa luta. A defesa de uma maior contratação de licenciados na área de artes, deve estar vinculada, portanto, a uma crítica mais ampla, que envolva não só os interesses imediatos para uma democratização dos conhecimentos artísticos na escola, mas a democratização da riqueza produzida pela humanidade em sua totalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alvarenga, V. M. (2020). A formação dos professores formadores nos cursos de graduação em artes visuais: estudos comparados entre Brasil e Argentina (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Florianópolis, SC.

Behring, E. (2021). Fundo público, valor e política social. São Paulo, SP: Cortez.

Behring, E., & Boschetti, I. (2011). Capitalismo, liberalismo e origens da política social. In E. Behring & I. Boschetti, *Política social: Fundamentos e história* (9ª ed., pp. xx-xx). São Paulo, SP: Cortez.

Brasil. (2021a). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Nota Técnica nº 1/2021/CGCQTI/DEED: Atualização da metodologia de cálculo do Indicador de Adequação da Formação do Docente considerando a nova classificação de cursos superiores. Brasília, DF.

Brasil. (2021b). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2020: Notas estatísticas. Brasília, DF: Inep.

Brasil. (2023). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2020: Notas estatísticas. Brasília, DF: Inep.

Castelo, R. (2017). Supremacia rentista no Brasil neoliberal e a violência como potência econômica. *Universidade e Sociedade*, 27, 58-71.

Duarte, N. (2016). Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos: Contribuição à teoria histórico-crítica do currículo. Campinas, SP: Autores Associados.

Goldmann, L. (1986). *El hombre y lo absoluto: El dios oculto*. Barcelona, Espanha: Planeta-Agostini.

Lenin, W. I. (2012). *Imperialismo, estágio superior do capitalismo: Ensaio popular*. São Paulo, SP: Expressão Popular.

Lukács, G. (2003). *História e consciência de classe: Estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo, SP: Martins Fontes.

Lukács, G. (2018). *Introdução a uma estética marxista: Sobre a particularidade como categoria da estética*. São Paulo, SP: Instituto Lukács.

Marini, R. M. (2017). *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis, SC: Insular.

Marx, K. (2008). Contribuição à crítica da economia política. São Paulo, SP: Expressão Popular.

Marx, K. (2011). O 18 brumário de Luís Bonaparte. São Paulo, SP: Boitempo.

Momoli, D. B. (2019). Regimes de circulação dos saberes: Arte, educação e formação docente (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

Saviani, D. (2013). Pedagogia histórico-crítica: Primeiras aproximações. Campinas, SP: Autores Associados.